

TODOS JUNTOS NA ASSEMBLEIA ESTADUAL!

É HORA DE DEFINIR A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS ELETRICITÁRIOS CATARINENSES PARA O ACT 2014/15

Neste sábado, dia 26, os trabalhadores da Celesc novamente irão mostrar a força da categoria, na Assembleia Estadual. Realizada em Capivari de Baixo, sul do estado, a Assembleia mobilizará os celesquianos no debate por um Acordo Coletivo que represente os anseios dos trabalhadores.

Unidos em prol de um bom Acordo Coletivo de Trabalho, os celesquianos debaterão as propostas apresentadas nas Assembleias Regionais para a unificação da Pauta de Reivindicações para as negociações do ACT 2014/15.

Além de unificar a pauta de reivindicações, a Assembleia Estadual debaterá os rumos da campanha da data-base e a representação dos trabalhadores na próxima eleição para a Fundação Celos.

A união dos trabalhadores é preponderante para um bom ACT e deve começar no dia 26, com a ampla participação dos Celesquianos na Assembleia. O engajamento na campanha é uma demonstração clara da vontade dos trabalhadores de verem seus direitos respeitados e um recado à diretoria da empresa de que os trabalhadores precisam ser recompensados pelo seu trabalho e comprometimento com a empresa e com a sociedade catarinense.

Este é o momento das bandeiras individuais virarem bandeiras coletivas. Assim, a reivindicação de toda classe trabalhadora que compõe a categoria elétrica passa a ser reivindicação de todos e será defendida diante da diretoria como desejo dos trabalhadores em geral.



"O engajamento na campanha é uma demonstração clara da vontade dos trabalhadores de verem seus direitos respeitados e um recado à diretoria da empresa de que os trabalhadores precisam ser recompensados pelo seu trabalho e comprometimento com a empresa e com a sociedade catarinense"

VAMOS JUNTOS EM BUSCA DE UM ACT BOM PARA TODOS!



ENTREVISTA: DANIEL PASSOS COMENTA MODELO ENERGÉTICO E BOLETIM DO DIEESE

PG. 2

ELEIÇÃO NA CELOS: PARA FORTALECER A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

PG. 2-3

ANISTIADOS DA ELETROSUL: QUEM PAGA PELOS ERROS HISTÓRICOS?

PG. 3



APÓS 10 ANOS, É NECESSÁRIO REVISAR O MODELO ENERGÉTICO NACIONAL

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) lançou mais uma edição do Boletim do Setor Elétrico. O documento foi produzido pela Rede Eletricitários, formada pela equipe técnica que assessora as entidades sindicais do setor e tem como objetivo analisar regularmente os principais acontecimentos com impacto no setor, nas empresas e nos trabalhadores. O Boletim pode ser baixado no site: dieese.org.br e para falar a respeito o LV entrevistou o economista Daniel Passos que participou da elaboração.

LV – qual o foco desta edição do Boletim?

Daniel Passos – Como o primeiro semestre do ano foi marcado pelo debate sobre os riscos de racionamento de energia, procuramos nesta edição apresentar a evolução do setor desde o racionamento de 2001, como é o funcionamento do modelo setorial desde a reforma de 2004, especialmente a comercialização da energia, e como se dá a formação dos preços pagos pelo consumidor final.

LV – o que mudou nesse últimos 10 anos no funcionamento do setor?

Os movimentos mais marcantes são a ampliação da comercialização de energia no mercado livre, criando um mercado de curto prazo com forte oscilação de preços e viés especulativo; e a ampliação da oferta de energia com predomínio de fontes térmicas, crescendo a participação desta na matriz energética, redefinindo a nossa matriz como hidrotérmica.

LV – Como se explica a perspectiva de aumento das tarifas de energia?

A primeira razão está no fato de que o nível dos reservatórios está baixo. O acionamento das fontes térmicas faz com que o atendimento ao consumidor seja feito com energia de custo mais elevado, que até então estava contratada apenas para estar disponível. Essa situação eleva os custos da energia no curto prazo e faz com que qualquer energia adicional além daquela que a distribuidora tem contratada seja adquirida a um preço muito elevado, conhecido como Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Assim, temos um movimento em que quanto menor a disponibilidade dos reservatórios maior tende a ser o preço no mercado de curto prazo e pior para o consumidor, principalmente se a distribuidora que lhe atende estiver descontratada.

LV – Há solução para esta situação?

Acreditamos que após 10 anos há necessidade de revisitar o atual modelo. A formação do preço da energia no curto prazo é mais uma hipótese do que o reflexo efetivo dos custos de geração desta energia. Não é razoável o preço ser em uma semana quase R\$ 1000 e no mês seguinte menos de R\$ 100. Essa situação estimula o uso da energia como mercadoria. Não é por acaso que empresas do setor produtivo avaliam regularmente se vale a pena produzir mercadorias ou vender a energia que tem contratada.

LV – E como evitar que essa situação afete o consumidor final e as distribuidoras?



"Quanto menor a disponibilidade dos reservatórios maior tende a ser o preço no mercado de curto prazo e pior para o consumidor"

É preciso rever a forma de contratação de energia pelas distribuidoras. Em nenhuma hipótese deve se admitir que todo o mercado cativo não esteja contratado. Os riscos e oportunidades do mercado livre devem se restringir àqueles que optam em comprar energia neste mercado. Acreditamos que seja possível pensar em um modelo em que todo o mercado cativo esteja previamente contratado com preço definido. Além disso, essa contratação deveria ser feita em conjunto e não por concessionária. Assim, o preço médio da energia gerada seria comum em todo o mercado cativo.

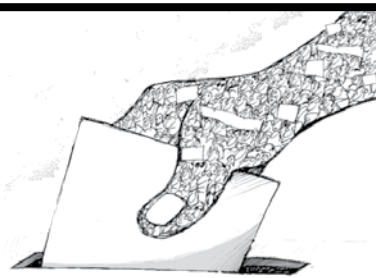
InterceL
 LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Patrícia Mendes, Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.
www.sindinorte.org.br
www.sinergia.org.br
www.sintresc.com.br
www.intersul.org.br

SINDICATO

ELEIÇÕES NO STIEEL

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Lages (STIEEL) comunica que serão realizadas eleições sindicais nos dias 28 e 29 de agosto 2014, para a composição da **Diretoria, Conselho Fiscal e Delegado Representante junto ao Conselho da Federação, efetivos e suplentes, bem como para Representantes Sindicais nos principais locais de trabalho**, na forma estabelecida no artigo 29 do Estatuto da entidade.

O edital de convocação da eleição será publicado no dia 28/07/2014, ficando após a publicação do Edital, aberto o prazo de 10 dias, para o registro de chapas concorrentes ao pleito e para a inscrição de candidatura a representante sindical.



CARAVANA DA INTERCEL PREPARA TRABALHADORES PARA A LUTA DO ACT



Terminou nesta terça-feira a Caravana da InterceL. Ao longo de 7 dias, dirigentes sindicais percorreram as Agências Regionais, vários escritórios e Administração Central, conversando com os trabalhadores sobre o início da campanha de data-base e o papel dos celesquianos na defesa dos direitos conquistados e na luta pela manutenção da empresa pública.

Os celesquianos, que têm sofrido com a política do mais com menos, agora buscam o reconhecimento do seu empenho e trabalho no Acordo Coletivo. As inúmeras situações de caos no estado, a falta de energia, o descontentamento da sociedade, ameaças, enchentes, tudo foi superado pelos trabalhadores que demonstraram mais uma vez serem compromissados com a sociedade catarinense.

Mesmo com a flagrante importância dos trabalhadores para o bom atendimento à população, a política da diretoria não é de reconhecimento. Por isso é muito claro que este ACT deverá levar os trabalhadores ao movimento. As conquistas da categoria sempre foram envoltas em manifestações legítimas. Sempre foram conquistadas "do portão para fora".

Os trabalhadores já estão preparados. A pauta está para ser definida, na Assembleia Estadual deste sábado. Agora é hora de reconhecimento. É hora de união dos trabalhadores. É hora de um ACT bom para todos!

ELETROBRAS

PLR 2014: VAI COMEÇAR O DEBATE

Coletivo Nacional dos Eletricitários se reunirá para debater a Participação nos Lucros e Resultados dos trabalhadores da Eletrobras

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) estará reunido nos dias 24 e 25/07, no Rio de Janeiro, com dois objetivos: fazer a avaliação do processo de negociação da Participação nos Lucros e Resultados/2013 e iniciar a negociação do termo de pactuação para a PLR/2014.

Na avaliação da negociação da PLR/2013, será debatido todo o desgastante processo ocorrido ano passado e início deste, inclusive com greve nacional e que teve um resultado positivo aos trabalhadores. "Vamos avaliar o que foi feito certo, o

que aconteceu de errado e nivelar o entendimento do coletivo a respeito da negociação passada", explica Sergio Fonseca,

"Vamos avaliar o que foi feito certo, o que aconteceu de errado e nivelar o entendimento do coletivo a respeito da negociação passada",

dirigente do Sinergia que estará representando a Intersul na reunião no Rio. Na sequência será formado um grupo de trabalho com representante de

todas intersindicais que compõem o CNE. Este grupo irá debater e elaborar uma proposta para um novo termo de pactuação para a PLR 2014.

Finalmente, na sexta-feira, dia 25 de julho, acontece uma reunião com a Eletrobras onde o grupo de trabalho será apresentado à Holding e será definido um calendário de negociações. O Objetivo dos sindicatos nesta negociação é construir um novo acordo que contemple o esforço dos trabalhadores ao invés de levar em conta apenas o lucro das empresas.

ELETROSUL

QUEM PAGA PELOS ERROS HISTÓRICOS?

Anistiados permanecem impedidos de retornar à Eletrosul

O processo de preparação e a posterior privatização de parte da Eletrosul nos anos 90, além de lesar o patrimônio público e o interesse de toda a sociedade brasileira, deu origem também a uma grande injustiça social contra uma parcela significativa dos trabalhadores.

A chamada reforma administrativa empurrou para fora da empresa e de seus empregos centenas de trabalhadores. Por outro lado, o processo de anistia, iniciado anos mais tarde, e que atualmente abrange mais de 300 empregados que já foram readmitidos, não deu conta de reparar todo o prejuízo causado à empresa, à sociedade brasileira e aos trabalhadores. Principalmente porque a má regulamentação do processo de anistia, restringiu as condições de retorno, impedindo que os trabalhadores ficassem nas suas empresas de origem. Dessa forma, os empregados da Eletrosul, que bem poderiam contribuir diretamente para a retomada do crescimento da empresa, e ao mesmo tempo, ter restabelecidos todos os seus direitos aviltados, permanecem sofrendo discriminações, enquanto a empresa perde a oportunidade de repor seus quadros e completar a força de trabalho nesta nova fase em que os investimentos no setor elétrico são necessários.

A pergunta que fica, diante de erros históricos de gestões passadas da Eletrosul, é a seguinte: quem paga por isso? Quem paga pelo fato da Eletrosul atualmente não poder absorver em seus quadros próprios centenas de trabalhadores injustamente demitidos durante a sua privatização, mesmo necessitando de mão de obra?

"A má regulamentação do processo de anistia restringiu as condições de retorno, impedindo que os trabalhadores ficassem nas suas empresas de origem"

A despeito da empresa não realizar concursos públicos nos últimos anos, mesmo contando com um quadro de trabalhadores sobrecarregados, erros históricos como esses são pagos, sem dúvida nenhuma, pelos próprios trabalhadores. São os trabalhadores de ontem e de hoje que sofrem as consequências da herança de gestões desastrosas. Para reverter esse quadro, é necessário que a gestão de empresas públicas compreenda que lida com seres humanos, e não com mercadorias ambulantes.

Compreenda também que seus erros trazem consequências graves à sociedade e que, para evitá-los, é necessário abrir mão de autoritarismos déspotas e do oportunismo daqueles que, julgando-se deuses, lançaram a empresa no ocaso da privatização, da terceirização, da precarização no trabalho e suas inconseqüências financeiras.

ELEIÇÕES CELOS

PARA FORTALECER A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

Para representar os trabalhadores, é preciso ter história nas lutas em defesa de direitos, em manifestações pela Celesc Pública e, principalmente, não ter laços com o lado dos "patrões"

A representação dos trabalhadores é o ponto forte que mantém a Celos focada nos anseios dos eletricitários e de seus familiares. Foi a ação dos trabalhadores, através dos sindicatos da InterceL, que transformou uma gestão exclusiva da Celesc em uma gestão participativa, onde a voz dos trabalhadores é essencial para garantir a aposentadoria e os benefícios de milhares de trabalhadores, pensionistas e agregados. Para que a Celos continue neste caminho, é necessário fortalecer a representação dos trabalhadores na fundação. Nas últimas edições temos ressaltado a importância desta eleição. Agora é hora de ressaltar a importância de um candidato com-

promissado com os trabalhadores. Pelo caráter paritário da administração da Celos, ou seja, por contar com representantes da empresa e dos trabalhadores, a escolha daquele que representará os participantes é muito maior do que um simples "ir com a cara".

Para representar os trabalhadores, é preciso ter história nas lutas em defesa de direitos, em manifestações pela Celesc Pública e, principalmente, não ter laços com o lado dos "patrões". É preciso ser leal aos próprios trabalhadores. Os sindicatos que compõem a InterceL têm mantido uma estreita relação com os representantes dos trabalhadores. Apoiando companheiros qualificados tec-

nicamente e politicamente, a fundação trilhou o caminho dos celesquianos. Nesta eleição, novamente estamos apoiando candidatos que têm em sua pauta o fortalecimento da Celos e a defesa da Celesc Pública. Não só no discurso, não só nas promessas. A relação dos candidatos apoiados pela InterceL com os trabalhadores é forjada na luta sindical.

Das diretorias aos Conselhos, a representação dos trabalhadores deve ser forte, para aguentar as pressões e sempre buscar melhores condições para os participantes. E votar nos candidatos da InterceL é fortalecer a representação dos trabalhadores.

A GREVE DAS CATRACAS



Um dia, sem explicação lógica, as catracas resolveram parar. Cruzaram os braços metálicos, zeraram os registros e apagaram o tempo. Não achavam justo que umas registrassem 8 horas de trabalho, outras registrassem 7 horas e meia e por aí vai. No final das contas, não achavam justo serem escravas da hora. Queriam mais qualidade de vida, conviver com a família catraqueira, passear, viajar, fugir ao trânsito intenso dos horários de pico.

Muitos temeram que as catracas, de uma hora para outra, pudessem desgrudar do chão e abandoná-los sem nenhuma satisfação, jogando-os no vazio "do quê fazer sem a sua presença sempre fixa?". Como poderiam estacionar seus carros, entrar em suas salas de trabalho e trabalhar seguramente sabendo que as catracas não estavam mais lá? Sentiriam saudade da catraca? Ficariam deprimidos? Culpados por nunca terem dispensado a devida atenção ao primordial serviço prestado por elas, nem mesmo desejado um simples bom dia à sua passagem?

Como conseguiriam encarar de novo os seus chefes, os colegas de trabalho e até a família em casa sem as catracas, liberados do tempo? Como poderiam falar a um amigo que agora já não tinham mais catracas para prestarem satisfação das horas sem ruborizarem de vergonha? O que o amigo pensaria daquele "tempo em falta"? Como alguém, em sua desconsciência, poderia trocar a "falta de tempo" por um "tempo em falta"?

Por sorte, as catracas são perigosas demais para pensar. Prendam bem elas ao chão! E culpem as catracas por suas cargas, sejam elas horárias ou não.

"No final das contas, não achavam justo serem escravas da hora. Queriam mais qualidade de vida, conviver com a família catraqueira, passear, viajar, fugir ao trânsito intenso dos horários de pico"